

CIÊNCIA & TECNOLOGIA NA BERLINDA GOVERNO REDUZ RECURSOS FINANCEIROS PARA A UNIVERSIDADE E ESPERA QUE DOCENTE ACUMULE MAIS UMA FUNÇÃO: A DE PROFESSOR-EMPREENDEDOR



Esta edição do ADUR Informa continua a debater a exploração do trabalho docente e a síndrome de esgotamento (ou síndrome de burnout). Assim como a anterior, esta edição apresenta o que há por trás das políticas, adotadas nos últimos anos, pelo governo brasileiro. Elas visam, ao mesmo tempo, aumentar a carga horária de ensino e da produção de pesquisa e reduzir os gastos públicos que poderiam dar sustentação a este crescimento. Além de suas funções e do acúmulo das tarefas oriundas da falta de pessoal de apoio, tenta-se jogar também para o docente a responsabilidade pela "captação" de recursos, como previsto na Lei de Inovação Tecnológica - também em foco nesta edição.

Se o quadro de desgaste é bastante claro e reconhecido por todos, o mesmo não se pode dizer a respeito da busca de soluções. Tanto por parte de estudiosos ligados ao assunto (edição passada) quanto por parte dos próprios professores, acaba se buscando quase sempre uma saída individual, numa "roda-viva" que, além de penalizar a nossa vida pessoal, alimenta ainda mais esta síndrome. Muitas vezes o professor se convence que é normal sacrificar tudo para se manter "incluído" no sistema e que a solução para isto está na nova atitude individual "empresendedora". Estes conflitos aparecem, por exemplo, no depoimento da pesquisadora que na edição anterior explica todas as fórmulas individuais para não cair no desgaste, mas que acaba por cair nele. Os depoimentos dos próprios professores, exibidos na edição atual, confirmam o dilema a que nos referimos.

Como trabalhadores, não estamos muito distantes de outras categorias. Apenas para exemplificar, no setor de comércio nos últimos anos se reduziu significativamente o salário fixo, e a remuneração dos vendedores passou cada vez mais a depender de "cotas" de venda. O avanço na exploração destes funcionários tem as mesmas características produtivistas e ilustra bem a nova lógica e as novas relações de trabalho a que nos queremos submeter. A "estratégia do patrão" é a mesma.

Nesta edição, ao mesmo tempo em que temos depoimentos contundentes de colegas da Rural sobre este desgaste, temos também informes da dura luta que se trava para resistir ao dismantelamento dos sindicatos autônomos, mais combativos e que se constituem justamente no principal instrumento para resgatar melhores condições de vida e trabalho. O governo Lula tenta novas manobras para passar uma reforma que atrela de vez as organizações dos trabalhadores aos ditames do Estado. E toda esta ênfase não tem sido de graça; o governo sabe que sindicatos autônomos e fortes são os principais empecilhos às políticas nefastas que ele pretende implantar.

O Governo Lula sabe bem que os movimentos sindicais independentes se constituem na principal resistência ao conjunto de reformas neoliberais e em particular a que visa tornar a universidade em apêndice "mercantil". Um exemplo da mercantilização do conhecimento público está na Lei de Inovação Tecnológica, que também é discutida nesta edição. A lógica deste mercado já está funcionando dentro de nossos laboratórios. Mas a solução para isto não é individual. E talvez seja este passo, o da conscientização de que só poderemos avançar nesta questão através de movimentos coletivos, o que poderá fazer pender para o nosso lado, no futuro, a solução.

ELEIÇÕES EM INSTITUTO DA UFRRJ NÃO CONSIDERAM CONQUISTA HISTÓRICA DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Ao contrário do que tem ocorrido nos demais Institutos da UFRRJ, o Instituto de Florestas (IF) optou pela realização de eleições não-paritárias para a escolha do seu novo diretor. A consulta eleitoral para a direção do IF ocorrerá nos dias 31 de maio, 1º e 2 de junho.

Procuramos o Prof. Ricardo Pereira, Diretor do Instituto de Florestas, e o Centro Acadêmico do IF, para saber como eles vêem aquele processo. Por breve contato telefônico, o Diretor declarou que as eleições para o IF seguirão à risca as determinações da lei.

O Centro Acadêmico de Engenharia Florestal (CAEF), sob a gestão "Diversidade na Floresta - Porque as florestas não são só árvores", enviou a seguinte declaração:

"O processo eleitoral de forma proporcional, não paritária, já foi discutido em reunião do CAEF e não só nós, da executiva, como também os presentes, na mesma, em consenso, nos colocamos

não favoráveis a este processo de escolha dos nossos dirigentes. Neste a consulta se dá com ponderação de 70% para o corpo docente e 30% distribuídos entre os demais segmentos, logo o voto dos estudantes e técnico-administrativos tem pequena representatividade na escolha da pessoa que tomará decisões e atitudes que influenciarão diretamente em suas vidas.

Acreditamos que exista uma indisposição de grande parte do corpo docente do Instituto de Floresta para se discutir a referida questão, no intuito de efetivarmos um acordo entre as partes envolvidas e elegermos o nosso diretor através de uma consulta, de forma igual, aos três segmentos que constituem a comunidade universitária, como temos observado nas eleições para diretoria dos demais institutos da universidade. O CAEF em assembléia geral dos estudantes de Engenharia Florestal pretende além de discutir o assunto, definir ações no sentido de revertermos esse quadro".

AINDA NESTA EDIÇÃO

DELIBERAÇÕES DO SETOR DAS IFES

PÁGINA 6

PLENÁRIA DOS SPF's

PÁGINA 6

ADUR-RJ PARTICIPA DE MARCHA DO MST À BRASÍLIA

PÁGINA 7

INFORMES JURÍDICOS DA ADUR-RJ

PÁGINA 8

"DAS RECORRÊNCIAS E RETROCESSOS", TEXTO DE LAURA TAVARES SOARES

PÁGINAS 9 E 10

UFRRJ DEBATE A (CONTRA-REFORMA UNIVERSITÁRIA)

PÁGINA 12

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA BERLINDA

GOVERNO REDUZ RECURSOS FINANCEIROS PARA A UNIVERSIDADE E ESPERA QUE DOCENTE ACUMULE MAIS UMA FUNÇÃO: A DE PROFESSOR-EMPREENDEDOR

A edição anterior do ADUR Informa abordou as causas e os efeitos da síndrome de "burnout" – esgotamento físico e mental, causado pelo excesso de trabalho, que tem atingido cada vez mais o segmento docente. Enfatizou ainda como a competição profissional – estimulada pelas agências de fomento à pesquisa no país – além do estresse, também contribuiu para o esgotamento do professor.

Para obter algum mérito e reconhecimento, ele é obrigado a seguir uma lógica produtivista, tendo que publicar sua pesquisa em veículos incluídos em um "ranking" elaborado pelas agências. A tarefa de pesquisador soma-se à de professor, que, entre outras atividades, prepara e ministra aulas, orienta estudantes durante a graduação e a pós-graduação, corrige provas, lê monografias, dissertações e teses, participa de congressos, seminários e afins.

Mesmo desempenhando todas essas funções – para muitas das quais não é remunerado – e trabalhando, inclusive, nos seus momentos de lazer e descanso; para o governo Lula, o docente brasileiro trabalha pouco. Sendo assim, pelo o que prevê a Lei de Inovação Tecnológica – aprovada por unanimidade na Câmara e no Senado e sancionada pelo presidente Lula, no dia 2 de dezembro de 2004 – o docente terá mais uma atribuição a desempenhar pela frente: a de professor-empresendedor.

Lei de Inovação Tecnológica: o que é?

A Lei de Inovação Tecnológica, conforme apresentada na página eletrônica do Ministério da Ciência e Tecnologia (www.mct.gov.br), "está organizada em torno de três eixos: a constituição de um ambiente propício a parcerias estratégicas entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas; o estímulo à participação de instituições de ciência e tecnologia no processo de inovação; e o incentivo à inovação na empresa".

Esta mesma Lei prevê que o pesquisador de uma instituição pública, que quiser levar adiante um projeto de pesquisa, deverá obter o financiamento em empresas privadas para desempenhar seu trabalho. Ele receberá uma "bolsa de estímulo à inovação e (...) o pagamento de adicional variável não-incorporável à remuneração permanente, ambos com recursos captados pela própria atividade".

Amparadas por esta Lei de Inovação Tecnológica, será possível obter "autorizações para a incubação de empresas no espaço público e a possibilidade de compartilhamento de infra-estrutura, equipamentos, recursos humanos, públicos e privados, para o desenvolvimento tecnológico e a geração de processos e produtos inovadores".

A Lei de Inovação Tecnológica prevê ainda a criação de um dos "núcleos de inovação" – escritórios voltados para a captação de "oportunidades de mercado e de patrimônios intelectuais que estão dentro das ICT's (Instituição Científica e Tecnológica) e interessem ao mercado, e fazer a ponte com o setor produtivo". Da mesma forma, estimula a prática de licitações (contratação de empresas privadas para a realização de projetos), a subvenção às empresas, promove a atividade de incubação de empresas nas universidades, e o registro e a transferência de patentes intelectuais para uma empresa, com exclusividade de uso.

Por que combater a Lei de Inovação Tecnológica?

Os trechos acima, destacados entre aspas, seguem fidedignamente as definições do Ministério da Ciência e Tecnologia para a Lei de Inovação Tecnológica. Torna-se facilmente perceptível qual a verdadeira intenção do governo quanto aos rumos da produção científica do país. Gradativamente, o Estado desobriga-se do financiamento da universidade pública e busca, cada vez mais, criar mecanismos que possam atrelar o capital privado à educação gratuita.

A Lei de Inovação Tecnológica deve ser entendida no contexto da Reforma Universitária, que promove a privatização da universidade pública. Esta Reforma – que chega fragmentada em Medidas Provisórias (MP's) como as que criaram as Parcerias Público-Privadas (PPP's), o

ProUni e os sistemas de avaliação do ensino superior (ENADE, SINAES) – legítima os preceitos do mundo neoliberal.

Para a economia de mercado, não interessa que o Estado reverta parte de seu orçamento para a otimização do pagamento de profissionais e para o investimento em setores públicos. A palavra de ordem, para o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – principais representantes do mundo neoliberal – é privatizar.

Assim, a Lei de Inovação Tecnológica contribui para o desmantelamento das instituições, financiadas pelo governo, com o dinheiro público. Por meio desta Lei, o mercado será o grande financiador e, conseqüentemente, o regulador das produções científicas brasileiras. Ele definirá os interesses de pesquisa, os temas e áreas do conhecimento que devem ou não ser priorizados e receber investimentos, a partir da lógica do capital privado.

Outro aspecto nocivo desta Lei se refere ao quadro pessoal de docentes, que pode ser ainda mais comprometido pela evasão de profissionais atraídos por uma empresa tecnológica, licenciando-se da universidade para atuar no mercado. As conhecidas formas de precarização do trabalho docente – professores horistas, terceirizados, substitutos e voluntários – já demonstram o descaso do governo brasileiro com o funcionamento e a contratação dos professores das universidades públicas.

Sob o disfarce de Inovação Tecnológica, esta Lei, na verdade, constitui uma ameaça à autonomia das universidades públicas, na medida em que mercantiliza ainda mais os ensinamentos.

A presença de "fundações" – que se valem do prestígio das universidades para oferecer cursos de pós-graduação, extensão, sequenciais, convênios para graduação, projetos de pesquisas – reafirma a visão mercadológica da produção de conhecimentos.

Há muito o governo brasileiro não investe recursos na universidade pública, estruturando um modelo de educação que se pauta com ênfase na economia neoliberal, com ênfase na concorrência, na gestão empresarial, na rentabilidade e na excelência individual de poucos. O compromisso com ensino, pesquisa e extensão, e comprometimento com uma educação pública de qualidade tem sido substituído pelo controle da ciência e tecnologia no país.

Atualmente, cerca de 90% dessa produção científica está concentrada nas instituições públicas – que prezam pela construção de um saber libertário, crítico e descompromissado com os ditames do mercado.

O que isso tem a ver com você?

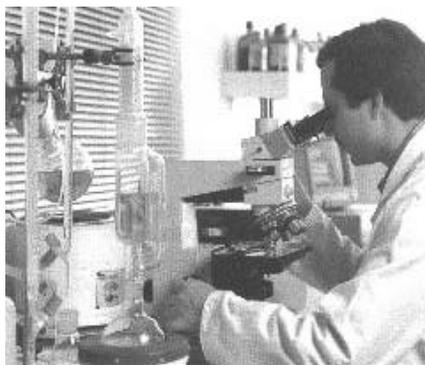
A Lei de Inovação Tecnológica legitima os preceitos do mundo neoliberal, que defende a privatização dos serviços até então públicos, como saúde e educação. Para a economia de mercado, não interessa que o Estado reverta parte de seu orçamento para a otimização do pagamento de profissionais e para o investimento em setores públicos.

Sendo assim, o princípio que a Lei de Inovação Tecnológica assegura é o de que em breve, o professor-pesquisador se tornará também professor-empresendedor. O professor-empresendedor, cuja estabilidade dependerá do cumprimento do desempenho de "produtividade acadêmica".

Conseqüentemente, o professor-pesquisador-empresendedor não terá mais um Plano de Carreira – o que significa, por outros meios, a flexibilização das relações de trabalho, conforme as Reformas Trabalhista e Sindical pretendem efetivar.

A autonomia no desenvolvimento de pesquisas e na realização de atividades em laboratório estará subordinada às determinações e necessidades do mercado, caso o docente queira fazer jus ao financiamento, que terá que ser captado, por ele próprio.

A síndrome de burnout – ocasionada pelo excessivo trabalho docente e pelo estresse que dele decorre – é um primeiro indício das



conseqüências desta lógica produtivista à qual a universidade está entregue. Se hoje os professores-pesquisadores estão atrelados às agências de fomento à pesquisa, num futuro próximo, caso não se mobilizem, poderão estar à mercê do capital privado, escravo das grandes indústrias, sem liberdade para realizar as pesquisas em Ciência e Tecnologia no país.

Este debate não se encerra aqui. É necessário que a comunidade universitária e a sociedade estejam atentas aos meandros do governo para implementar medidas que abalam os pilares de uma universidade compromissada com um ensino de qualidade, por dentro de suas próprias estruturas.

Fonte: circular nº102/2005 de 18 de abril, do ANDES-SN.

O QUE PENSAM OS PROFESSORES DA RURAL SOBRE A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE? ADUR INFORMA OUVIU DOIS PROFESSORES DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS VETERINÁRIAS — UM DOS CURSOS DE MAIOR PROJEÇÃO DA UNIVERSIDADE, JÁ QUE ASSIM COMO O DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG), É UM DOS ÚNICOS QUE OBTEVE A NOTA MÁXIMA DA CAPES.

PROFA. MARIA JULIA SALIM PEREIRA,
COORDENADORA DO CURSO DE PARASITOLOGIA ANIMAL DA UFRRJ.

AI: Por favor, descreva sua trajetória profissional.

MJ: Quando me formei, aqui na Rural, fiz um concurso para o Ministério da Agricultura e fui trabalhar em Mato Grosso do Sul, no serviço de defesa da delegacia de proteção animal deste Ministério, onde fiquei dois anos. Voltei, fiz o Mestrado aqui na Rural, depois fui para Brasília. Fiquei pouco tempo por lá, me casei e fui para Minas Gerais, onde fiz o doutorado na UFMG. Voltei para o Rio, passei em um concurso para Rural, em abril de 1993, e estou aqui há 12 anos. Hoje sou coordenadora do curso de pós-graduação em ciências veterinárias, que tem o maior conceito da CAPES. Só os cursos de ciências veterinárias da Rural e da UFMG têm o maior conceito da CAPES, no Brasil todo. Hoje estou na coordenação do curso, que é um trabalho a mais, já que não deixei de dar aula e de ter os meus orientados, de publicar artigos. Hoje, existe uma cobrança das agências de fomento pela produtividade. Isso é uma loucura! Acho que a avaliação deve existir, pois, do contrário, cada um faz o que quer e quando quer. O que não podemos é imprimir esse caráter quantitativo que existe hoje. A qualidade, muitas vezes, requer um tempo de

dedicação e reflexão maior. Isso, em muitos casos, é quase inexistente.

AI: Como tem sido sua rotina de trabalho? Quantas horas trabalha por dia?

MJ: Há dias, aqui na Instituição, que vou além das 12 horas. Acumulo o trabalho da coordenação, mas continuo dando aulas. Normalmente, o coordenador ministra aulas na pós-graduação, que têm mais a ver com o seu campo de pesquisa. Contudo, fiquei com pena de sair de uma disciplina da graduação, que não tem professor. Não é nem do meu Departamento, é a do de Epidemiologia e Saúde Pública. Já venho ajudando em um módulo de Higiene e Saúde Pública, na qual participo durante quatro semanas, e há também uma optativa, que sou eu quem ministra. Essa optativa, até que isso se resolva, vou oferecer semestre sim e semestre não. É complicado, porque além do nosso trabalho, há provas para corrigir, aulas para preparar e não tenho tido esse tempo.

AI: Costuma trabalhar nos finais de semana?

MJ: Nos dias de semana, normalmente a gente leva alguma

coisa, embora muitas vezes não dê tempo nem de trabalhar em casa. Mas nos finais de semana, normalmente, eu trabalho. Não tenho quantificado quanto tempo gasto trabalhando nos finais de semana, mas fico por conta de leitura de teses, de dissertações. Se quiser descansar, tenho que sair, pois é difícil ter os finais de semana para lazer.

AI: Na coordenação, você tem conseguido levar adiante suas pesquisas?

MJ: Tenho que conseguir!! Em média, aqui, temos cinco orientados. É preciso fazer esse controle. Em alguns momentos, é preciso aprender a dizer não, estabelecer alguns limites.

AI: O que pensa da política das agências de fomento para o incentivo à pesquisa?

MJ: Quem são essas agências se não são os nossos pares? É isso que precisa ser discutido! Há competição por bolsas, projetos e status. Como não há dinheiro para todos, eles fazem um ranqueamento, achando que podem resolver isso. Acho, particularmente, que se a universidade tivesse amadurecido suficientemente, no haveria necessidade de existir essas agências, porque a própria universidade poderia gerir os recursos para pesquisa. Para uma universidade como um todo, o que adianta ter um curso 6 ou 7? Embora isso esteja melhorando, sabemos das dificuldades que passamos. Nós das ciências veterinárias, o curso 7 da CAPES, não temos funcionários para secretaria. Temos uma pessoa, que não tem como dar conta do volume de trabalho diário. Não temos móveis e instalações decentes. Na hora de trocar uma lâmpada, somos nós que fazemos. Precisamos da boa ação das pessoas, que decidiram que vão fazer e estão fazendo. Faço e tenho consciência do que quero, porque não entendo universidade sem pesquisa. Pode ser que essas condições melhorem, agora, com a nova Reitoria. É preciso ter muita determinação para levar adiante um trabalho na universidade.

AI: Qual a média de artigos que têm que ser publicados anualmente?

MJ: Em média, dois trabalhos por ano, por cada docente, em revistas qualificadas pela CAPES. Para manter o curso com nota 7, há que se publicar em revistas Qualis A, e

estabelecer a internacionalização do curso, que é estabelecer convênios com universidades estrangeiras, mandar alunos para fora, para bolsas sanduíche, trazer professores visitantes. As publicações de docentes é de 1,3 trabalhos por ano. Mas quanto a avaliação, há também outros critérios, como a titulação do corpo docente, a permanência dos alunos ao programa de pós-graduação, entre outros.

AI: Sente-se cansada físico ou mentalmente com o ritmo do trabalho? O que faz para combater o estresse profissional?

MJ: Tenho um problema de coluna e, há alguns anos, tive uma hérnia de disco. Foi um desgaste muito grande, ocasionado por forte tensão na região. Comecei a fazer cinesioterapia e RPG (Reeducação Postural Global), o que ajuda a liberar o estresse, o cansaço.

AI: Em que momento sente-se pressionada profissionalmente?

MJ: Em muitos momentos, sobretudo, quando tenho que entregar relatórios. Vivemos cumprindo prazos, o que sabemos que também não pode ser diferente. Se pudéssemos lidar com pessoas que tivessem sempre responsabilidade, seria ótimo. O que mais estressa, na verdade, é tentar a comunicação on-line com as agências de fomento. CAPES e CNPq operam pela Internet. Há dias tive que fazer um cadastro dos alunos do curso, pela Internet, e foi difícil finalizar o trabalho por problemas de conexão. As outras questões precisam ser destacadas, como a da falta de infra-estrutura da universidade!

AI: O que diria para um jovem graduando, pós-graduando, que pretende a vida acadêmica, sobre essa competição, esse ritmo de vida?

MJ: Esse ritmo louco não é só na universidade. O que precisamos, é que a sociedade repense suas posturas, aonde quer chegar. Quem trabalha, trabalha muito, caso contrário, fica à margem. Em qualquer profissão, você precisa gostar do que faz e saber que ninguém é melhor do que o outro. Todas as profissões são essenciais para o funcionamento da sociedade.

**CARLOS WILSON GOMES LOPES, PROFESSOR TITULAR
DO DEPARTAMENTO DE PARASITOLOGIA ANIMAL DA UFRRJ.**



AI: Por favor, descreva sua trajetória profissional.

CL: Entrei na Rural como estudante em 1969, a partir de 1970 já era bolsista de alimentação na Área de Parasitologia do Departamento de Biologia Animal. Um ano depois, já era bolsista de Iniciação científica do CNPq. Em 1972, me formei em medicina veterinária. Em 1973, entrei no mestrado no então Curso de Pós-Graduação em Parasitologia Veterinária da UFRRJ, onde permaneci por três anos sob a orientação do Prof. Dr. Wilhelm Martin Otto Neitz. Durante este período, mais precisamente em 1974 fui contratado como Auxiliar de Ensino na mesma Área de Parasitologia. Neste período, eu e outros colegas contratados tínhamos que arranjar tempo para lecionar as aulas práticas da graduação, fazer o mestrado e desenvolver a pesquisa para dissertação. Porém, conseguimos dar conta de tudo, graças ao apoio que eu e meus colegas, Prof. Carlos Luiz Massard e Daisy Wilwerth da Cunha, recebemos do Dr. Neitz, que nos ensinou a lidar com a pesquisa para procurar coisas novas - não desmerecendo aqui o meu orientador de Iniciação Científica, o Professor Hugo Edison Barboza de Rezende. Em 1976 terminei o mestrado e no mesmo ano iniciei o Doutorado em Patologia na Michigan State University. Ao voltar em 1980, ainda como auxiliar de ensino, passei a trabalhar tanto com a graduação e a pós-graduação. A partir desse momento é que eu comecei a minha trajetória de maior consistência dentro desta Universidade.

AI: Como tem sido conciliar dar aula e fazer pesquisa? Como é seguir esses critérios estipulados pelas agências de fomento?
CL: Não se consegue tudo fácil.

O preço é muito alto se trabalharmos sozinhos. Considero que não podemos nos furtar em dar aulas para a pós-graduação e muito menos para a graduação, onde temos a oportunidade de passar as nossas melhores experiências e principalmente poderemos encontrar os nossos futuros bolsistas de Iniciação Científica. A pesar de tudo, penso na universidade de maneira abrangente, haverá professores que se dedicam à pesquisa. Tem aqueles que se dedicam ao ensino e outros que têm a capacidade de aplicar seus conhecimentos para extensão. Isto ficou bem claro quando passei pela administração como Decano de pesquisa e pós-graduação na primeira gestão do prof. José Antonio de S. Veiga onde vi que a universidade deveria ser pluralista para que haja equilíbrio em seu desenvolvimento. Mas vi que o meu objetivo seria o vínculo à pesquisa. Como pesquisador, considero os critérios das agências de fomento para quem inicia. O bom senso seria vincular-se a um grupo de pesquisa já consolidado e, a partir daí começaria a aparecer melhores chances na obtenção de recursos.

AI: Essas agências, na verdade, estimulam a competitividade entre os professores, que devem se adequar a vários critérios. O que o senhor pensa disso e como é possível conciliar a vida acadêmica com a pessoal?

CL: Muitas vezes, dei de mim para a instituição. Preciso muito agradecer a minha família por isso. Isto é muito difícil. Ninguém pode servir bem a dois senhores! A pesar disso, é necessário certo rigor na universidade. Todos não deveriam vir aqui somente para lecionar, pois trabalhar como professor em uma universidade pública chega a ser uma questão de cidadania! Quanto aos critérios adotados pelas agências de fomento, são padrões estabelecidos por grupos que gerenciam estes órgãos por um determinado momento. Apesar de cumprir os critérios adotados pelas agências como normas, estou em desacordo com muitos deles, como a exigência de publicar artigos no exterior. Isto é, em minha opinião, uma maneira de aviltar a sociedade bra-

sileira, para a qual devemos dar satisfação, em primeiro lugar do que estamos fazendo. Mesmo estando em desacordo com alguns deles, isto não se justifica para que cruzemos os braços. Se eu consigo alguma coisa, isto se dá pelos mais de 30 anos de dedicação a esta universidade.

AI: Existe algum momento em que o senhor se sente cansado?

CL: Sim, muito, passei a ter um controle maior de mim devido ao excessivo desgaste físico e mental. Os professores, muitos sem saber, independente do nível de envolvimento - do maternal ao ensino universitário - vêm sofrendo de síndrome de "burnout". Eu não recebo nada em troca para combatê-la. De maneira geral, precisamos dividir o nosso tempo, e principalmente saber dizer não nas horas certas. Pois, quando aceleramos demais, ou melhor, assumimos várias responsabilidades sem dividi-las com outros, veremos que isto se transforma em grande prejuízo mais tarde. É preciso mostrar que tudo tem seu tempo. Ao preparar o assunto de uma aula, não devemos ao mesmo tempo atender quem tem dúvidas. É preciso saber dizer não. O saber dizer não é também uma virtude!

AI: O senhor costuma trabalhar nos finais de semana?

CL: Antigamente era assim. Agora, me polício mais. Ao trabalhar com organismos vivos, que nunca me "perguntam" a que hora o resultado deve aparecer, às vezes, preciso vir ao laboratório nos finais de semana, acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos em andamento. Quando estou em casa sempre aparece um relatório, provas, dissertação ou tese para ler. Mas sempre me pergunto, não seria melhor administrar o meu tempo?

AI: O início de carreira para um docente tem sido cada vez mais difícil, porque o mercado nem

sempre tem como absorver tantos profissionais qualificados e nem todas as revistas dão oportunidades para publicação de artigos de todos os docentes. Isso causa, muitas vezes, uma enorme frustração. Como o senhor entende isso?

CL: Isto acontece com todos, independente de ser a área competitiva ou não. Hoje, apesar das dificuldades encontradas, é bem melhor do que quando comecei. Muitas vezes o fracasso está em querer começar sozinho. Deve-se ouvir aqueles com mais experiência. Quanto às publicações, existem normas, não podemos publicar nossos resultados sem nos guiar por critérios. As publicações virão à razão do nosso amadurecimento científico. Uma das coisas que enfatizo é que mesmo sendo Doutores a maioria está no início da carreira. Por ser professor adjunto nada me impede de comparar ao período que iniciei como auxiliar de ensino. Se quisermos crescer deveríamos nos associar aos grupos para que possamos ser um deles mais tarde. A frustração muitas vezes é por querer trabalhar sozinho. Ser Doutor não basta hoje em dia.

AI: Mas viver na dependência dessas agências não ajuda a causar essa "atmosfera" estressante?

CL: Não, não penso que essas agências causam estresse. Elas são fruto do sistema que se vive. Você pode simplesmente trabalhar dentro da universidade e ficar alheio ao mundo, o que considero péssimo. Precisamos pensar no coletivo e ver que não é possível trabalhar sozinho. Muitas pessoas não aceitam isso e acham que porque são doutores podem dar um salto maior. Isso é possível, porém não é o mais freqüente. As pessoas devem ter moderação e aprender a escutar os outros, porque sempre aprendemos com isso.

ADUR INFORMA NA INTERNET



ACESSE WWW.ADUR-RJ.ORG.BR E LEIA A EDIÇÃO DO ADUR INFORMA QUE TRATOU DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E DA SÍNDROME DE BURNOUT.

NA PÁGINA ELETRÔNICA DA ADUR VOCÊ ENCONTRA AS EDIÇÕES ANTERIORES DO ADUR INFORMA, ARTIGOS, NOTÍCIAS DE DESTAQUE DOS PRINCIPAIS JORNAIS DO PAÍS E OUTROS INFORMES ATUALIZADOS.

INFORMES NACIONAIS DO ANDES-SN

SETOR DAS IPES REAFIRMA PLANO DE LUTA

Nos dias 22 e 23 de abril, diretores do ANDES-SN e de várias seções sindicais estiveram na sede da ADUCSAL (Associação de Docentes da Universidade Católica de Salvador) para a Reunião do Setor das IPES (Instituições Particulares de Ensino Superior).

Após os informes das secretarias regionais do Sindicato Nacional, das seções sindicais e da Encarregadura de Assuntos Jurídicos do ANDES-SN deliberou-se que as Secretarias Regionais devem priorizar a expansão nas IPES e o estabelecimento de pelo menos uma seção sindical ou uma multi-institucional até a realização do 25º Congresso do ANDES-SN.

Para que essa expansão seja realizada, será criado um fundo específico para custear os trabalhos das Secretarias Regionais, para o qual o ANDES-SN destinará 5% de sua receita.

Coube também às Secretarias Regionais atualizar os informes das seções sindicais e realizar um levantamento sobre o atual cenário das IPES, considerando o número de docentes, de contribuições sindicais, filiados, entidades patronais (mantenedoras, sindicatos) que atuam nas IPES em cada Estado. Este levantamento deve ser encaminhado ao ANDES-SN, que pretende criar uma rede de comunicação do setor das IPES.

O Sindicato Nacional se comprometeu em averiguar uma denúncia feita por estudantes do curso de Serviço Social da PUC-BH sobre a diminuição na oferta de bolsas de estudo após a implementação do ProUni.

O ANDES-SN também se responsabilizou em apurar as denúncias de demissões de professores das IPES, com a titulação de doutor, conforme publicado pelo jornal "Folha de S. Paulo".

O artigo de Renato Mezan - professor titular do departamento de Psicologia da PUC-SP - publicado em 20 de março no caderno "Mais" do referido jornal, afirma que muitas faculdades particulares se recusam a contratar professores com título de

doutor ou, mesmo, os despedem logo após a defesa, já que um doutor faz jus a um salário maior do que o de um mestre, e, este, mais do que de um bacharel, licenciado ou especialista. Pelo artigo, Mezan denuncia o descaso com a educação brasileira e a concepção do ensino enquanto mercadoria, em voga em muitas universidades particulares.

Outro encaminhamento foi o de que as questões referentes ao Setor das IPES serão tratadas em CONAD's e Congressos do Sindicato Nacional. Para tanto, os presentes deliberaram algumas ações imediatas, prevenindo o 50º CONAD.

Uma delas é a produção de textos que apontem temas tais como as condições precárias de trabalho docente e precarização das IPES, a reforma universitária e sindical no âmbito do Setor.

O ANDES-SN garantiu ainda realizar encontros estaduais, contando com a participação de docentes das IPES não filiados ao Sindicato.

É preocupação deste Setor denunciar o regime de trabalho horista, reivindicando a implementação do regime de tempo contínuo, bem como a qualificação profissional e acadêmica dos docentes. Como plano de luta das IPES estão a defesa de uma pauta unificada para os anos de 2005 e 2006, sendo o dissídio coletivo da categoria prioridade para a campanha salarial docente do próximo ano.

O ANDES-SN e o Setor das IPES, conjuntamente, denunciarão o descaso do Ministério da Educação quanto ao pedido de audiência - solicitado pelo Sindicato Nacional em correspondências enviadas ao MEC nos dias 19 de julho de 2004 e 4 de abril de 2005 - para tratar de questões referentes às universidades particulares, bem como a falta de fiscalização deste Ministério nas IPES.

SETOR DAS IEES PREPARA DOCUMENTO PARA O 50º CONAD

Representantes de Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) estiveram reunidos nos dias 6 e 7 de maio, em Brasília, para discutir sobre a repercussão da reforma universitária nos estados e elaborarem um documento que sintetize as propostas do Setor e do Sindicato Nacional dos Docentes.

O grupo também deliberou e aprovou uma panilha de custos e demais questões organizativas para a realização do 3º Encontro Nacional das IEES, previsto para o segundo semestre deste ano. A ADUNICAMP disponibilizou-se para sediar o encontro, comprometendo-se em fazer um levantamento de custos e submetê-lo a apreciação da diretoria do ANDES-SN.

Sobre a reforma universitária, os presentes concluíram que o MEC já tem se adiantado para implementá-la nas estaduais.

A proposta do Ministério da Educação se faz presente no Setor, sobretudo, no que se refere à precarização do trabalho docente, que investiu na abertura de vagas nas IEES, sem primar pela qualidade do ensino. O grupo deliberou pela realização de seminários, palestras e atividades que permitam denunciar o descaso com as instituições estaduais de ensino superior.

Os representantes das seções sindicais presentes também relataram, detalhadamente, as questões referentes ao financiamento, carreiras, fundações e expansão da universidade em seus estados.

Este relato será apresentado em texto-síntese do Setor das IEES, para compor o texto de apoio da diretoria do ANDES-SN, a ser apresentado no 50º CONAD.

O Setor das IEES também produziu um documento que reafirma e legitima o ANDES-SN como o único representante do movimento docente, com voz ativa pela categoria.

A próxima reunião do Setor acontecerá no dia 16 de julho, em Fortaleza, antecipando as atividades do 50º CONAD, do qual as IEES também participarão.

CAMPANHA SALARIAL 2005

REIVINDICAÇÕES RELACIONADAS ÀS IFES E JÁ PROTOCOLADAS NO MEC

- **Defesa da extinção das gratificações (GED, GEAD, GAE), com sua incorporação, paridade entre docentes ativos e aposentados e isonomia entre os docentes das carreiras de magistério de 1º e 2º e magistério superior em seus valores mais altos;**
- **Realização dos concursos públicos recentemente aprovados e anunciados pelo MEC.**
- **Ampliação de todas as vagas nas Carreiras de Magistério de 1º e 2º graus e superior das IFES exigindo do governo a construção e cumprimento de calendário para reposição de todas as vagas.**
- **Revogação das proibições às universidades de realizar concursos para preencher todas as vagas de docentes e técnicos administrativos existentes ou que venham a existir por aposentadorias e outras formas de vacâncias.**
- **Lutar contra todas as formas de precarização do trabalho docente nas IES públicas.**
- **Lutar pela manutenção dos aposentados na folha de pagamento das IFES**
- **Lutar pelo aumento das dotações orçamentárias assegurando a plena transparência no ingresso e na aplicação dos recursos e pela efetiva autonomia das IFES.**

SETOR DAS IFES NÃO APROVA GREVE PARA A PRIMEIRA QUINZENA DE JUNHO



CAMPANHA SALARIAL DOS SFP's EM 2005

No último dia 21 de maio, representantes de diversas seções sindicais e da diretoria do ANDES-SN estiveram em Brasília para a reunião do Setor das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). A ADUR-RJ foi representada pela Profa. Rosane Ferreira de Oliveira, primeira vice-presidente da entidade e pelo diretor Frederico José Falcão.

Inicialmente, a presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa Pinto, atualizou os informes do Sindicato Nacional. Disse que o GT (Grupo de Trabalho) do MEC, cuja reunião seria no dia 10 de maio, foi cancelado pelo Ministério da Educação, sem o agendamento de uma nova data.

É importante destacar que até o momento, somente três reuniões foram realizadas, desde a criação deste GT. O prazo para entrega de um relatório final deste GT já está encerrado. Contudo, o houve uma prorrogação de 60 dias.

Ela também relatou os encaminhamentos da última reunião da bancada sindical com o Secretário do MPOG (Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão), ocorrida em 17 de maio, durante a qual os SPF's cobraram uma definição do governo para uma política sindical da categoria. Os informes desta reunião estão publicados nesta edição do ADUR Informa.

A presidente do ANDES-SN também mencionou a reunião

do GT do orçamento da CNESF (Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais), com o deputado Gilmar Machado (PT-MG), que é o relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

O deputado reafirmou a posição do governo de não conceder reajuste linear para os SPF's. Informou que há um prazo até o dia 3 de junho, para os acréscimos de emendar na Lei Orçamentária para 2006.

Posteriormente aos informes das seções sindicais, os presentes decidiram não aprovar a greve unificada dos SPF's para a primeira quinzena de junho.

A idéia do Setor das IFES é construir um ato nacional, combinado com o calendário dos SPF's e aprovar o fortalecimento da luta unificada da categoria pelo reajuste de 18%, como parte da recomposição das perdas. Os SPF's devem cobrar do governo a definição de uma política salarial.

O Setor ainda aprovou o apoio às entidades que tiverem condições de entrar em greve.

Os presentes também deliberaram pela elaboração de um Projeto de Lei (PL) para incidir sobre a dotação orçamentária de 2005, pretendendo conquistar um reajuste para este ano.

O Setor das IFES deliberou pelo envio de um documento, que relate, detalhadamente, o processo de negociação com o governo, para os presidentes da Câmara e do Senado, bem como para os líderes de partidos políticos.

Os presentes também decidiram pela realização de uma marcha nacional, com ato em Brasília e paralisação das atividades, em data ainda a ser definida, visando unificar os movimentos sindicais.

Durante a reunião do Setor, os participantes reafirmaram a pauta emergencial, que reivindica o reajuste salarial para a categoria e que já foi entregue ao MEC.

Esta pauta deve ser trabalhada nos conselhos universitários e no parlamento, dando visibilidade ao documento. Esta também deve ser protocolada, novamente, no MPOG e no MEC.

SPF'S APROVAM 2 DE JUNHO COMO DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA

Em 22 de maio, diversas entidades sindicais participaram da Plenária dos Servidores Públicos Federais (SPF's), em Brasília. O Prof. Frederico Falcão, como observador, representou a ADUR-RJ.

O ANDES-SN recuperou, inicialmente, os informes da reunião do Setor das IFES e esclareceu que nove universidades paralisaram as atividades no último dia 18 de maio – conforme encaminhamento da última Plenária. Embora o Setor das IFES não tenha aprovado a greve unificada dos SPF's para a primeira quinzena de junho, 4 seções sindicais concordam com tal indicativo.

Dentre os principais encaminhamentos desta nova Plenária, os SPF's deliberaram pelo apoio às greves da CONDSEF e da FENASPS a partir de 2 de junho, construindo uma greve unificada a partir desta data. Do mesmo modo, caberá à bancada sindical acompanhar as negociações e audiências de entidades com o governo.

Nesta mesma data, 2 de junho, as entidades sindicais devem promover o Dia Nacional de Luta, com mobilizações em todos os Estados. Para aperfeiçoar a unificação da luta dos SPF's, foi aprovada a criação de um Comando Nacional de Mobilização (CNM) dos SPF's e de Comandos Estaduais. O CNM organizará um ato em Brasília, em data a ser definida, tendo como indicativo a primeira semana de julho.

Os SPF's se comprometeram em negociar emendas à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), com o deputado Gilmar Machado (PT-MG), da qual é o relator. O objetivo é buscar recursos para reajustes salariais, que contemplem as perdas da categoria, durante os últimos anos.

SPF'S COBRAM DO MPOG UMA DEFINIÇÃO DE POLÍTICA SALARIAL PARA A CATEGORIA

Em 17 de maio, dirigentes das entidades nacionais dos servidores públicos federais (SPF's) reuniram-se mais uma vez com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Sérgio Mendonça. A bancada sindical foi composta pelo ANDES-SN, ASSIBGE, CNTSS, CONDSEF, CUT, FASUBRA-SINDICAL, FENAFISP, FENAJUFE, FENASPS, SINASEFE, UNAFISCO SINDICAL, SINAL, SINDRECEITA e SINASEMPU.

Inicialmente, Maria da Graça Sousa - a diretora da FENAJUFE (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União) - manifestou o protesto da bancada sindical a respeito da agressão sofrida pelo diretor da entidade, Rogério Fagundes, que foi retirado do elevador à força, ao ser confundido com alguém capaz de colocar uma bomba no prédio do MPOG. Como trabalhadores e representantes dos SPF's, os presentes não mereciam tal tratamento. A diretora da CUT, Lúcia Reis, solicitou apuração do caso, que segundo Sérgio Mendonça, foi um fato isolado. O secretário do

MPOG disse que haverá maior cuidado com os representantes da entidade sindical nas próximas reuniões.

Os presentes cobraram uma posição do secretário Sérgio Mendonça sobre as reivindicações da categoria e acerca da política salarial para os SPF's, cuja pauta contempla aspectos da Campanha Salarial de 2004, entregue com antecedência para avaliação do governo.

De acordo com o secretário Sérgio Mendonça, aquele não era o momento apropriado para apresentar uma posição formal do governo, pois não era um encontro da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). Contudo, conforme divulgado pelo relatório da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF), Sérgio Mendonça afirmou que o governo já sinalizou sua posição.

Segundo o governo, a exigência formal e legal de 0,1% foi cumprida e não pretendem reajustar salários a partir da reposição inflacionária, porque não tem orçamento para isso. O secretário do MPOG disse que a expansão com gasto de pessoal este ano é de R\$ 8,6 bi-

Ihões, incluindo o resultado das negociações do ano passado. Afirma que haverá política de reajuste diferenciado por categoria para repor perda, o que, segundo Sérgio Mendonça, é diferente do governo anterior porque é institucionalizada, assim como ocorre negociação.

Marcos Dorval – representante do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) – questionou a política de reajuste diferenciado. Ele argumentou que no ano passado, o debate teve início com R\$ 1,5 bilhão e agora, dos R\$ 8,6 bilhões do orçamento, o governo apresenta como saldo não comprometido R\$ 11,3 milhões. O secretário Sérgio Mendonça disse que não há, no orçamento, condições para esses reajustes.

O diretor da Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras), Paulo Henrique, cobrou uma definição de parâmetros de política salarial, para que, em 2006, os SPF's não sejam prejudicados, sobretudo porque o orçamento do próximo ano já está em discussão no Congresso Nacional. Sérgio Mendonça sinalizou a possibilidade de o governo verificar uma folga orçamentária, para atender alguns pontos da pauta, como os benefícios.

A presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa Pinto, propôs como encaminhamento, que o governo subscreva "documento no qual conste proposta de política salarial, com reajuste diferenciado, e o prazo para apresentação de propostas que materializem essa política por categoria, e a política dos benefícios proposta pelo governo". A presidente do ANDES-SN cobrou a definição de data para próxima MNNP, tendo como pauta a apresentação de proposta salarial para o governo. Marina Barbosa Pinto informou, também, sobre o calendário do SPF's, que prevê greve para a primeira quinzena de junho.

Os representantes sindicais informaram que vão protocolar pedido de audiência com os ministros que instalaram oficialmente a MNNP para pressionar nas negociações. Sérgio Mendonça disse que já conversou com o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, sobre as reivindicações dos SPF's, e que tentará uma reunião com ele nos próximos dias.

De acordo com o secretário do MPOG, apenas em junho será possível dar uma satisfação às entidades sindicais sobre essa discussão e "elaborar uma posição oficial sobre a pauta de reivindicações".

TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA EM BRASÍLIA: MARCHANDO PELA REFORMA AGRÁRIA, CONTRA A POLÍTICA ECONÔMICA

Por Prof. Canrobert Costa Neto,
representante da ADUR-RJ no ato público do MST em Brasília.



Brasília, 17 de maio. Depois de percorrer cerca de 230 quilômetros, 12 mil trabalhadores rurais sem-terra, que participaram da Marcha Nacional pela Reforma Agrária encerraram sua mobilização com diversas manifestações na capital do país.

Pela manhã, representantes dos "marchantes" compareceram a audiências com os presidentes da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, e do Senado, Renan Calheiros. Nos dois encontros, o MST manifestou apoio à criação da Comissão Parlamentar de Inquérito para a auditoria das dívidas interna e externa e ao anteprojeto elaborado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que garante ao povo o direito de convocar plebiscitos.

Durante a tarde, os Sem Terra saíram em direção à Esplanada dos Ministérios. A primeira manifestação foi na Embaixada dos Estados Unidos. Ali os manifestantes despejaram simbolicamente o lixo de nossa sociedade com produtos do McDonald's, da Coca-Cola etc. e estenderam duas faixas: "Bush: o chefe mundial dos terroristas" e "Estamos devolvendo vosso lixo".

Em seguida, os Sem Terra dirigiram-se ao Ministério da Fazenda para realizar um protesto contra a política econômica. Ao mesmo tempo, no Banco Central, a taxa de juros paga pelo governo aos bancos sofria elevação de 19,5% para 19,75% ao ano, o que significa um custo de mais de 900 milhões de reais para o erário público.

Nesse momento, tivemos nossa atenção voltada para o carro de som do MST, emoldurado por uma faixa da CUT. Ali encontravam-se

militantes político-sindicais de diversos matizes ideológicos e concepções políticas. Manifestavam apoio à marcha e às reivindicações do MST, representantes do PC do B, de diversas correntes do PT, além da CONLUTAS, na figura de seu coordenador, o dirigente metalúrgico de Minas Gerais, José Maria. Por tudo isso, este momento do ato público demonstrou que a luta do MST parece ser mesmo um elo de unidade no multifacetado pensamento de esquerda no Brasil.

Quando todos já se dirigiam ao Congresso para o início do ato político de encerramento, onde os partidos e as entidades falariam, veio o que o MST considerou uma "provocação organizada e planejada pela polícia do governo do Distrito Federal".

Primeiro, um veículo da polícia civil, sem motivo aparente, tentou entrar no meio da multidão, o que levou alguns militantes a cercar a viatura. Imediatamente, a cavalaria da polícia militar se jogou contra os manifestantes, enquanto o helicóptero dava vôos rasantes, arrancando chapéus e bandeiras.

Para o MST, "estranho é isso acontecer agora, em pleno regime democrático. Isso prova que as forças reacionárias atuam deliberadamente no estado brasileiro, a revelia de qualquer poder".

Apesar da tentativa de descaracterizar a Marcha, o ato de encerramento foi realizado como planejado, com a participação de muitos apoiadores do MST, artistas, cantores e parlamentares que lembraram a urgência da Reforma Agrária.

À noite, o presidente Lula da Silva recebeu 50 lideranças do MST e convidados do Movimento.

Lula voltou a prometer e garantir os recursos necessários para cumprir a meta de assentar 400 mil famílias até 2006. "Se não cumprirmos as metas da Reforma Agrária, teremos um problema de consciência com nós mesmos", afirmou.

No dia seguinte, uma reunião com o ministro

do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, acertou a contratação de 137 servidores para o Incra a Reforma Agrária de novo na pauta política da sociedade e do governo. Conseguimos, ao longo da Marcha, pautar o tema da necessidade de mudar a política econômica do governo. E demos um exemplo de organização e espírito de sacrifício para mudar o país, esperando ver um reascenso do movimento de massas. Agora é seguir se organizando nas bases, sabendo que somente a luta social conseguirá as mudanças necessárias".

Nos diversos atos públicos e na imprensa, o MST lembrou a todo tempo que a Marcha dos Sem Terra só foi possível graças à solidariedade "contamos com o apoio das prefeituras de Anápolis e Goiânia, e do governo do estado de Goiás (PSDB), que cedeu banheiros químicos, ambulâncias e água potável, e também de milhares de pessoas anônimas, entidades, religiosos, ONGs, partidos políticos e parlamentares, em um grande mutirão nacional que viabilizou a Marcha".

A ADUR-RJ, que se fez representar no ato público do dia 17 de maio e contribuiu financeiramente para o sucesso da marcha dos Sem-Terra, foi uma das entidades a que fez menção indireta a direção do MST. Nosso intuito foi não só o de colaborar com os movimentos sociais do campo (MST, MPA e outros), mas apoiar a reforma agrária no Brasil e engrossar o coro do descontentamento dos trabalhadores brasileiros do campo e da cidade com a política econômica (e social) do governo Lula, fortemente criticada durante e depois da grande marcha dos Sem-Terra até Brasília.



CARRO DE SOM DO MST: MANIFESTANTES DE DIVERSAS ENTIDADES APOIAM A CAUSA DO MOVIMENTO DOS SEM-TERRA.

INFORMES JURÍDICOS DA ADUR-RJ

FGTS:

ESTA CARTA FOI ENVIADA POR E-MAIL, NO DIA 11 DE MAIO DE 2005, AOS PROFESSORES ASSOCIADOS. SOLICITAMOS QUE ELA SEJA LIDA ATENTAMENTE PORQUE APRESENTA ORIENTAÇÕES E ESCLARECIMENTOS ACERCA DO PROCESSO DO FGTS.

Serve a presente para lhe comunicar as ocorrências em torno do FGTS, a propósito de ação judicial vitoriosa conduzida pela ADUR nos últimos anos. Lembramos que se trata de uma medida judicial pela qual se buscam as perdas econômicas decorrentes dos planos Verão (janeiro de 89) e Collor (março de 90), com o que todos os professores que tinham contas ativas (com crédito) do Fundo de Garantia à época, bem como os que tinham depósitos remanescentes nessas contas (por vezes originários de outros vínculos de trabalho) têm direito aos valores reivindicados perante a Caixa Econômica Federal – CEF.

No presente texto, procuraremos demonstrar todas as situações existentes, sendo certo que cada circunstância reclama determinada(s) providência(s) por parte do beneficiário, como segue especificado:

a) professores que ainda não tiveram o crédito liberado pela CEF, devem informar essa situação à ADUR, sendo certo que Assessoria Jurídica da Associação já está providenciando novo pedido de esclarecimentos à CEF quanto ao não depósito em favor do respectivo docente, de acordo com listagem acostada pela CEF no(s) processo(s) judicial(ais) em curso, de forma que nas próximas semanas estaremos prestando mais informações sobre os que se encontram nessa situação, posto que a CEF vem fazendo os depósitos/créditos em lotes, ou seja, hoje deposita 100, amanhã 50 e assim por diante;

b) professores que já tiveram depositados os valores que lhe são devidos e que não procederam o saque junto a CEF devem fazê-lo com brevidade, posto que o dinheiro depositado não vence juros e correção monetária expressiva, sendo certo nesse caso o prejuízo, sem embargo de que é necessária a prestação de contas (ao juiz do processo) quanto ao creditado, sacado, etc. Esses professores, por ocasião do saque junto a CEF devem seguir as orientações da ADUR para o assunto, mormente no que diz respeito à necessidade de pedirem, no ato do pagamento, extrato contendo as informações do valor pago (sen-

tença judicial transitada em julgado) e boleto de pagamento, documentos esses que deverão ser levados à Associação para cópia e pagamento do percentual de honorários de êxito contratado (7,5%), de modo também a ressarcir os valores gastos e investidos nesse(s) processo(s);

c) professores que já receberam o valor creditado pela CEF devem se dirigir à Associação, munidos do extrato e boleto de pagamento acima referidos, para cópia e pagamento do percentual de honorários contratado;

d) professores que tinham mais de uma conta FGTS ativa na ocasião dos planos econômicos referidos (janeiro/89 e março/90), devem comunicar essa situação à ADUR, inclusive com comprovantes (p.ex: cópia da carteira de trabalho com anotação de vínculo na época), posto que muitas vezes a CEF paga apenas uma das contas, somente pagando as demais com as comprovações referidas;

e) professores que ainda não ajuizaram essa demanda ainda podem fazê-lo, bastando, para tanto, seguirem as orientações da ADUR quanto ao assunto.

A Assessoria Jurídica da ADUR está à disposição de todos os professores para esclarecimentos e orientações quanto a este assunto, visando otimizar as providências que cada circunstância comporta.

Lembramos, mais uma vez, a necessidade dos professores, tão logo recebam o pagamento, procurarem a sede da Associação para a prestação de contas necessárias, não só pela necessidade de informação ao Juízo quanto ao recebimento – o FGTS é um fundo público gerido pelo Governo – como também para deixarem as cópias dos documentos reclamados (extrato e boleto), o que permitirá posterior conferência quanto ao correto pagamento pela CEF – informações obtidas em outros processos apontam erros em cerca de 10% a 15% dos pagamentos realizados pela CEF – mas também objetivando o pagamento do valor fixado para a categoria, de modo a ressarcir as despesas havidas com esse(s) processo(s).

Atenciosamente,
Assessoria Jurídica da ADUR-RJ

REAJUSTE DO PLANO DE SAÚDE:

TRANSGREVEMOS, ABAIXO, A CARTA ENVIADA À DIRETORIA DA ADUR-RJ, PELA DIRETORIA DA UNIMED COSTA VERDE, NO ÚLTIMO DIA 12 DE MAIO, PELA QUAL COMUNICA O REAJUSTE DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA:

“Sr. Diretor,

Após decorridos doze meses da atualização do contrato de prestação de assistência médica a sua Empresa, vimos informar a necessidade de atualizar os valores deste contrato coletivo com patrocinador a partir de maio/2005, em virtude da sinistralidade de 93,44%, o reajuste será de 16,51%, protocolado na ANS conforme RN nº74.

Tal correção se faz necessária face aos aumentos observados e a Clausula Contratual que o ampara.

Agradecendo à confiança demonstrada por V.Sa. na qualidade de nossos serviços, reafirmamos nossa intenção de corresponder às necessidades dos usuários de sua Empresa, e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,
Diretoria da Unimed Costa Verde”

AÇÃO INDIVIDUAL DOS 3,17%:

Conforme já informado na edição nº66 do ADUR Informa, os docentes têm direito a um resíduo salarial, que vem sendo pago semestralmente, em um prazo de sete anos. A proposta aprovada por unanimidade na reunião do dia 27 de janeiro de 2005, na presença do assessor jurídico da ADUR-RJ, Dr. Marcelo Chalmé, consiste em conduzir uma ação individual para receber este resíduo em uma única vez e não parcelado.

Os honorários do advogado ficam em 5% do valor recebido, sendo 1/5 deste destinado à ADUR. Cada professor interessado em mover esta ação individual deverá apresentar a seguinte documentação na sede da entidade: procuração (cujo modelo encontra-se na sede da ADUR, devendo ser especificado que se trata da ação dos 3,17%), CPF, identidade, xerox do comprovante de residência, contracheques dos meses em que já houve depósito de algumas parcelas.

ATO FALHO:



Fonte: ANDES-SN
Autor: Ricardo Borges

DAS RECORRÊNCIAS E RETROCESSOS

Por Laura Tavares Soares

Permitam-me, caros leitores da nossa página *Outro Brasil*, iniciar este artigo falando na primeira pessoa do singular. Acabo de participar de dois seminários latino-americanos: um no México, sobre "*Reformas da Seguridade Social na América Latina*" e outro na Argentina, sobre "*Política Social no Conurbano*". Ambas as participações me dão um sentimento de obrigação de, mais uma vez, tentar um exercício de reflexão comparativa no sentido de chamar a atenção para os exemplos dos nossos irmãos latino-americanos e os riscos que corremos ao repetirmos as mesmas fórmulas.

Porque "*recorrências e retrocessos*"? Recorrências porque os diagnósticos, mas, sobretudo, as prescrições, vêm se repetindo de modo recorrente em nossos países ao tratar dos problemas econômicos e sociais que nos afligem. A ortodoxia neoliberal não se perpetua apenas no campo do econômico. Também no social, tanto no âmbito das idéias como no terreno das políticas, o neoliberalismo fez e continua fazendo estragos.

Segundo essa ótica, o gasto social continua sendo penalizado para não aumentar o *déficit fiscal*. Tal como no econômico, a intervenção do Estado no social passou a ser vista como pouco "recomendável". Pior: os Estados denominados de "paternalistas" ou "populistas" foram acusados de estimular o desemprego e a "preguiça", impedindo uma "saúdavel" competitividade entre as pessoas.

Há consenso que o financiamento público deve ser mantido no social, mas a implementação dos projetos e programas nessa área deve ser feita, preferencialmente, por um tipo de "mercado" especial que vai desde a grande seguradora financeira (que passa a garantir previdência social e saúde para os que podem pagar pelo seguro) até uma vasta e heterogênea gama de "atores" do chamado "3º. Setor" (que inclui desde as antigas associações comunitárias ou igrejas, até as modernas Organizações Não Governamentais de todo tipo). Por trás dessa "opção preferencial" encontra-se o irresistível apelo feito à chamada "*participação da comunidade*" e aos inúmeros exemplos "*bem sucedidos*". No entanto, o que se vê são "pe-

quenas histórias" em meio a um mar de dramas sociais. A fragmentação e o reforço, ou mesmo o aprofundamento, das desigualdades sociais são os resultados observados desse tipo de "alternativa" ao público-estatal.

Existe uma recorrente contradição nas propostas hegemônicas feitas pelos organismos internacionais e adotadas pelos governos. Os programas de "*alívio à pobreza*" focalizados nos "mais pobres" continuam sendo recomendados, mesmo reconhecendo que os problemas sociais não são "residuais" - que "os mais pobres" são na realidade a maioria - e que o caráter de "alívio" desses programas não têm sequer compensado a crescente situação de pobreza dos latino-americanos.

O desenho desses programas também é recorrente, na medida em que os governos contratam empréstimos externos (implicando em muitos casos no aumento de suas dívidas) para implementar "pacotes" que em sua maioria não apenas já estão prontos como impõem uma série de "condicionalidades": que não se aumente o gasto público para não produzir "déficit fiscal"; que ao invés de atuar diretamente através de suas próprias redes, os governos devem estabelecer "parcerias", repassando a prestação de serviços para instituições comunitárias ou ONGs; que os recursos além de "focalizados" nos mais pobres sejam utilizados nos chamados "subsídios à demanda" (e não na ampliação da oferta de serviços públicos); que as pessoas que trabalhem nesses programas sejam preferencialmente "da própria comunidade", estimulando-se sempre o "trabalho voluntário"; e o que programa seja encerrado no momento em que a própria comunidade esteja em condições de se "auto-sustentar".

Esta é, por sinal, a última palavra em matéria de "alternativas" de política social atual: a "auto-sustentabilidade". Os pobres devem tornar-se "micro-empreendedores" criando seus próprios "pequenos negócios". É a nova cara da mercantilização do social: tudo não só pode como deve ser resolvido no "mercado", inclusive a sobrevivência. Dependendo do Estado é considerado uma "vergonha", uma "limitação". Para

os pobres, é claro. Para os empresários de verdade, os ricos, nenhuma vergonha em depender de subsídios e isenções fiscais. Vergonha nenhuma para a classe média alta que desconta do seu imposto de renda o seguro privado de saúde ou a escola privada dos seus filhos.

Sempre partindo de um recorrente "modelo único", as formas pelas quais se deu o que estamos chamando de *retrocesso* variaram, dependendo dos respectivos contextos nacionais e internacionais, das condições econômicas, sociais e, sobretudo, políticas que predominam em cada um dos nossos países latino-americanos. Os patamares de bem-estar pré-existent garantidos pelos Estados são decisivos para avaliarmos a extensão desse *retrocesso*. É verdade que não existiam "Estados de Bem-Estar Social" na maioria dos países da América Latina? Sem dúvida. Mas também é verdade que uma boa parte das conquistas sociais históricas - obtidas com muita luta social - foram extintas ou "andaram para trás". Trocou-se o "ruim" pelo "pior".

Ao invés de evoluirmos para sistemas verdadeiramente públicos e universais que garantissem os direitos essenciais de cidadania das parcelas majoritárias da população, reduziu-se mais ainda a já estruturalmente debilitada capacidade de intervenção do Estado no social. O frágil direito de cidadania que vinha sendo construído a duras penas em alguns países foi substituído por "atestados de pobreza" que permitem apenas o acesso a precários e mal financiados serviços públicos.

A primeira e mais radical experiência de *retrocesso* foi a do Chile - iniciada no regime ditatorial do General Pinochet no início dos anos 80, substituindo todo o aparato estatal de proteção social pela privatização irrestrita das suas instituições. Os sistemas públicos e universais foram substituídos por seguros privados, ligados ao capital financeiro, com um gigantesco subsídio de recursos públicos por parte do Estado. Hoje o Chile pós-redemocratização encontra-se com o dilema de tentar recompor seus sistemas universais de saúde e de previdência frente a um setor público desmantelado e desfinanciado, de um lado, e frente aos poderosos interesses instalados pelos sistemas privados de

seguros sociais de outro, apesar das evidências dos altos custos desta opção e da sua baixíssima capacidade de inclusão. Hoje o sistema *ISAPRES* (sistema privado de saúde subsidiado obrigatoriamente por recursos públicos) cobre apenas 20% da população chilena, enquanto 80% dependem do atendimento público.

Uma segunda modalidade de *retrocesso* foi o desmonte de políticas sociais naqueles países onde os mecanismos de proteção social eram mais frágeis e não chegavam a constituir um sistema público universal de proteção social. Nestes casos, foi mais fácil eliminar os poucos direitos sociais existentes; introduzir a privatização de bens e serviços públicos; e substituir o aparato estatal de assistência à pobreza por organizações não governamentais (ONGs). Um dos casos paradigmáticos dessa "alternativa" na América Latina é o Peru, cujos resultados sociais são desastrosos.

Um terceiro tipo de *retrocesso* foram as "reformas" constitucionais que reduziram ou eliminaram direitos constituídos ao longo de décadas - tratando de desmontar, principalmente, a Seguridade Social. Várias "gerações" de reformas dos sistemas de previdência social foram, e continuam sendo, implementadas nos países latino-americanos. Apesar das diferentes modalidades - algumas reformas foram mais longe na opção pelos Fundos Privados de Pensão - todas elas deixaram de cumprir com suas "promessas" iniciais. Em nenhum dos casos de reforma observados houve redução de custos, pelo contrário. Em todos eles os custos das Administradoras Privadas (seja de saúde seja de previdência) elevaram-se muito acima do previsto, derubando o mito da "competitividade" como fator de redução de custos. Nenhuma das reformas promoveu uma maior "inclusão" dos chamados "informais": a exclusão desse setor só fez aumentar, inclusive em termos proporcionais. O prometido crescimento econômico com geração de empregos, financiado pelos recursos dos fundos de pensão, tampouco foi verificado, apesar do grande volume de recursos mobilizados para esse tipo de poupança privada. Na média latino-americana esses recursos foram aplicados em sua

grande maioria (mais de 60%) em títulos da dívida pública dos governos, e apenas uma minoria (menos de 6%) em aplicações nas bolsas. E, finalmente, os sistemas de capitalização individual não garantiram rendimentos suficientes para o pagamento de aposentadorias e pensões nos patamares prometidos: cerca de metade das aposentadorias pagas pelas AFPs (Administradoras de Fundos de Pensão) no Chile têm que ser complementadas por recursos fiscais para atingir o valor da aposentadoria mínima exigida por lei (80% do salário mínimo).

Nos países que optaram por um sistema "misto", como o Brasil, houve a unificação e a manutenção de um sistema público até um determinado teto, e acima deste optou-se pela Previdência Complementar. Esta opção, aparentemente lógica e racional, ainda traz uma série de interrogantes^[1]. São elas:

• O valor do teto definido em termos nominais (e não mais em salários mínimos) será reduzido progressivamente em termos reais, o que reduzirá o tamanho da Previdência Pública, correndo o risco de transformá-la em uma Previdência "para pobres" (proposta do Banco Mundial).

• Com esse teto baixo, provoca-se uma expulsão crescente dos salários mais altos, cuja capacidade contributiva poderia ter permanecido em um Sistema Público Unificado, e não ser transferida para um sistema complementar (cujas regras ainda estão por ser definidas e regulamentadas em legislação complementar).

• A retirada desses salários mais elevados aumentará no curto prazo o déficit da Previdência.

• Não se sabe ao certo como os governos complementarão o aporte (como empregadores) aos sistemas complementares para os servidores que estão acima do teto, o que certamente afetará o déficit.

• Não há nenhuma evidência de que essa alternativa inclua os excluídos do sistema, a exceção da proposta de redução de alíquota para os contribuintes autônomos.

• Tampouco há evidências de que as reformas (a de 1998 e a

de 2003) diminuam o déficit público, evidentemente atrelado a um endividamento crescente causado pelo aumento das taxas de juros.

• O sistema de capitalização individual para a Previdência Complementar provoca um retrocesso histórico: volta-se ao tempo das "caixas", onde cada categoria terá seu próprio fundo de pensão, numa relação particularista alheia a qualquer possibilidade de solidariedade social inerente ao sistema de repartição.

Finalmente, o último dos *retrocessos*, e talvez um dos mais graves, é a generalização da "comprovação" da pobreza como critério de acesso a programas sociais. Os pobres passam a ser o objeto focalizado de programas sociais que adotam como estratégia de "inclusão" as *linhas de pobreza* ou de *indigência*, cujos valores monetários separam os "pobres" dos supostamente "não pobres". Esses programas terminam por excluir vastos setores, igualmente precarizados em suas condições de trabalho e de vida, por estarem "acima da linha". Além da comprovação da pobreza, os candidatos aos programas têm que se comprometer com uma série de "condicionalidades" que deixam de constituir-se em direitos universais (como o acesso à escola e aos serviços de saúde), mas em "obrigações".

Por outro lado, vale a pena registrar que o Brasil, quando comparado a outros países latino-americanos, ainda preserva importantes patrimônios no âmbito das políticas sociais, a serem preservados e protegidos das tentativas de desmonte e da voracidade do ajuste fiscal.

Um deles é o SUS – Sistema Único de Saúde, o único sistema unificado e de acesso universal na América Latina. Apesar dos baixos investimentos na ampliação da oferta da rede pública; dos problemas de financiamento e de repasse de recursos para a rede privada conveniada (ainda majoritária no âmbito hospitalar); da terceirização e precarização da maioria dos trabalhadores de saúde; das más condições de trabalho; das "novas" modalidades de "gestão" de alguns hospitais públicos que provocam uma dualidade no atendimento; e do aumento crescente

em volume e complexidade da demanda; o SUS continua sendo a única e a mais relevante alternativa de assistência à saúde para parcelas majoritárias da população brasileira, e que precisa ser preservado e melhorado.

Outro patrimônio social a ser preservado é a Previdência Rural universal – também única na América Latina – que garante aposentadoria e benefícios aos trabalhadores rurais independentemente de sua capacidade contributiva. Diversos estudos e pesquisas demonstram que essa é certamente a política social com maior potencial redistributivo no momento. A renda proveniente das aposentadorias e benefícios sustenta hoje parcela importante das famílias residentes no interior e nas pequenas cidades, movimentando inclusive suas economias. Trata-se de uma renda advinda de um direito social para todos os que trabalharam no campo, e não de uma transferência "para pobres". Como direito, conquistado por uma longa luta de homens e mulheres trabalhadores rurais, confere dignidade, e não estigmatização.

Não se pode esquecer a Educação Básica como direito universal, mas que precisa ser ampliada e fortalecida para a Educação Secundária transformando-a numa política real de inclusão dos jovens pela formação e pela cultura, e não apenas pelo trabalho. Precisamos resgatar a Educação como direito social e como espaço de cidadania, e não associá-la à "competitividade" e à constituição de "capital humano". Os CÉUS, implantados pela atual Prefeitura de São Paulo nas periferias mais distantes da cidade, são exemplos de como um equipamento público com atendimento integral e de qualidade pode mudar a vida de coletividades inteiras que se encontravam totalmente marginalizadas.

Como exemplo ainda da efetividade dos programas associados a redes universais, restam os programas de alimentação como a Merenda Escolar, garantida, em princípio, apesar das disparidades geradas pela sua municipalização, a todos os escolares da rede pública em todo o país. Já tivemos programas nutricionais nacionais associados à rede pública de saúde, que infelizmente foram reduzidos à distribuição de alimentos para desnutridos. Precisamos recuperar (na linha de não provocar *retrocessos*) a alimentação e a nutrição para todas as gestantes, crianças e nutrizes que acessam os serviços da rede pública de saúde. Esses são programas que já com-

provaram a sua eficácia e efetividade na redução da mortalidade infantil, entre outros.

E, finalmente, os programas de transferência de renda, na impossibilidade imediata de adotar uma renda cidadã para todos (tal como previsto na Lei da Renda Cidadã aprovada este ano), deveriam adotar outros critérios que não a "linha de pobreza" ou "de indigência". Josué de Castro já nos ensinava, nos anos quarenta, que existe uma "Geografia da Fome" no Brasil, quase sempre associada à miséria. O critério, portanto, deveria ser territorial e regional, universalizando o acesso para todos aqueles que vivem no mesmo espaço afetado pela pobreza e pela marginalidade, seja rural ou urbano. Neste último espaço, já temos vários exemplos de construção de *Mapas da Exclusão* georeferenciados, como em São Paulo e em Belo Horizonte, que nos indicam claramente onde estão os chamados "bolsões" de pobreza, através de indicadores que vão mais além da renda. Esses são os espaços prioritários onde toda a sua população, além da transferência de renda, deveria ter acesso a bens e serviços públicos que garantissem a melhoria da sua qualidade de vida.

Essas seriam alternativas de Política Social que garantiriam cidadania e bem-estar para aqueles que provavelmente, mesmo com crescimento econômico, terão poucas chances de inclusão real.

[1]Algumas delas já apontadas no artigo sobre a Reforma da Previdência, o primeiro da série **Outro Brasil, e já publicado no livro "Governo Lula: decifrando o enigma", São Paulo: Viramundo, 2004.**Fonte: Análise da Conjuntura Social, Outubro de 2004.



Fonte: ANDES-SN
Autor: Ricardo Borges

REITORIA, ADUR, SINTUR E DCE RECEPCIONAM CALOUROS DA UFRRJ

No último dia 16 de maio, representantes da ADUR-RJ, SINTUR e DCE estiveram no auditório Cine Gustavo Dutra (Gustavão), durante a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2005. A ADUR-RJ foi representada pela Profa. Rosane Ferreira de Oliveira, 1ª Vice-Presidente da seção sindical. O SINTUR e o DCE foram representados pelos seus diretores, respectivamente, Estevão Moura e Marcelo de Souza Grade ("Pudim").

Durante o evento, também estiveram presentes o Reitor, Prof. Ricardo Motta Miranda, a Vice-Reitora, Profa. Ana Dantas Soares, o Decano de Assuntos Estudantis, Prof. Azarias Machado de Andrade, a Decana de Ensino de Graduação, Profa. Nídia Majerowicz e a Decana de Pesquisa e Pós-Graduação, Áurea Echevarria.

Neste ano, a administração superior da universidade assumiu a organização do evento, que compõe a Semana de Integração dos calouros. A Reitoria da UFRRJ convidou o Prof. Francisco Miraglia, da Universidade de São Paulo (USP), para proferir uma palestra com o tema "Universidade e Sociedade", durante a aula inaugural, no período matutino. À noite, o Prof. Plínio de Arruda Sampaio Filho (UNICAMP) desenvolveu o mesmo tema.

Inicialmente, o Reitor da UFRRJ deu as boas-vindas aos calouros, os primeiros a ingressarem na universidade após o início do mandato da nova administração. Ele ressaltou a importância do ensino público, gratuito e socialmente referenciado para a sociedade, sendo as instituições federais de ensino superior, principalmente, os locais de excelência para o aprendizado. Prof. Ricardo Miranda também disse que os calouros devem estar dispostos a compartilharem novas experiências e aproveitarem as oportunidades que a UFRRJ tem a lhes oferecer.

"Nossa intenção é formar profissionais competentes, mas também cidadãos que estejam conscientes da realidade do país", afirmou.

Ao prosseguir com as apresentações, Prof. Azarias Machado de Andrade afirmou que, sob a coordenação do Decanato de Assuntos Estudantis, está a manutenção do bandeirão – que serve cerca de 3 mil refeições diariamente – e dos 347 quartos – que alojam aproximadamente 1848 pessoas. O Decano de Assuntos Estudantis antecipou a informação de que os moradores dos alojamentos, a partir de junho próximo, serão recadastrados.

Ele esclareceu também aos estudantes, que aqueles que comprovarem a necessidade de auxílio, poderão concorrer às bolsas trabalho ou bolsas alimentação. Para este semestre, a oferta inicial é de 15 e 75 bolsas, respectivamente. Do mesmo modo, Prof. Azarias Andrade afirmou que a universidade já tem produzido parte dos alimentos consumidos pelos estudantes da UFRRJ e que, por isso, o valor do bandeirão se mantém no valor de R\$1,45.

Já a Decana de Ensino de Graduação, Nídia Majerowicz, colocou-se à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas sobre a vida acadêmica dos estudantes. afirmou que os alunos podem contar com o auxílio dos coordenadores de cursos, que têm a incumbência de distribuir a nova edição do "Guia do Estudante" aos calouros.

Profa. Nídia Majerowicz reiterou a importância da universidade como um espaço de construção coletiva do conhecimento; vital para a formação humana, científica e cultural do cidadão. Informou também aos calouros, que a UFRRJ não endossa práticas agressivas e humilhantes como trotes. Segundo a professora, os alunos devem ser recepcionados, integrados à comunidade e não agredidos.

Após a exposição dos decanos, a Profa. Rosane Ferreira de Oliveira apresentou a ADUR para os presentes. Segundo a 1ª Vice-Presidente do sindicato, a Associação dos Docentes da UFRRJ tem se empenhado na luta e nas reivindicações da categoria, como uma das seções sindicais que compõem o Sindicato Nacional (ANDES-SN).

Do mesmo modo, Profa. Rosane Oliveira afirmou que a ADUR trabalha em defesa dos princípios da universidade pública, gratuita, laica, socialmente referenciada, de ensino, pesquisa e extensão.

Para isso, a entidade está engajada no combate à privatização do ensino superior, repudiando a reforma universitária liderada pelo governo Lula.

A diretora do sindicato dos docentes da Rural disse que os estudantes podem participar das assembleias da ADUR, ainda que somente os filiados tenham direito ao voto para deliberações. Ela também parabenizou a nova administração da universidade pela forma como organizou a aula inaugural, que nos últimos anos era promovida pelas entidades

– ADUR, SINTUR e DCE.

Estevão Moura, pelo SINTUR, também parabenizou a nova administração e aos novos estudantes da Rural. A entidade, segundo Moura, tem lutado em prol dos direitos dos funcionários da universidade e pela manutenção dos serviços públicos da UFRRJ. O diretor do sindicato dos técnico-administrativos da UFRRJ sinalizou a possibilidade de uma greve da categoria, em prol de melhores condições de trabalho, embora tenha explicitado que este é um caso extremo, nem sempre desejado pelos funcionários.

Já o representante dos estudantes, Marcelo de Souza Grade, reafirmou o papel combativo do DCE, que prometeu reivindicar melhorias para o segmento discente. Segundo Marcelo Grade, o DCE da UFRRJ está mobilizado contra a reforma universitária do governo Lula. O aluno criticou também a postura política da direção majoritária da União Nacional dos Estudantes (UNE), que tem apoiado algumas medidas do governo federal, e que a curto prazo, pretende privatizar o ensino público.

Enquanto Marcelo de Souza Grade apresentava a entidade, representantes do DCE distribuíram uma carta, pela qual davam boas vindas aos calouros e apontavam as principais necessidades do bandeirão, alojamento e biblioteca. Por esta carta, os representantes do DCE criticavam a reforma universitária e conclamavam os estudantes para participarem das reuniões da entidade. Eles também exibiram duas faixas pelas quais criticavam a postura da UNE e diziam que a entidade não mais representava a categoria.

Após a exposição de Marcelo de Souza Grade, uma aluna da UFRRJ, representando a chapa 2 – que perdeu a última eleição para o DCE, realizada em abril passado, por uma diferença de apenas nove votos – leu um documento do grupo, pelo qual afirmava que também estaria lutando por melhorias para os estudantes na universidade. Segundo os representantes da chapa 2, eles estão atentos à nova administração do DCE, e exigirão que cumpram a plataforma com a qual foram eleitos pelos estudantes.

Universidade e Sociedade

Após a apresentação de esquete do grupo de teatro APOENA, formado por alunos da UFRRJ, o Prof. Francisco Miraglia, do Departamento de Matemática da USP, proferiu uma palestra com o tema "Universidade e Sociedade".

Miraglia enfatizou que a universidade deve ensinar o aluno a produzir pensamento crítico, sendo esta, pilar de um ensino público de qualidade. Para o professor, é preciso que a universidade seja um espaço de questionamento, transformação e realização.

Ele conclamou os presentes para que se mobilizem em defesa da universidade pública e para que combatam a reforma universitária do governo Lula, cujo teor privatizante já transparece com o Programa Universidade para Todos (ProUni), com a Lei de Inovação Tecnológica, e com a Parceria Público-Privadas (PPP's).

Prof. Miraglia chamou atenção para o discurso universalista e generalista dos representantes do governo federal, sobretudo os do Ministro da Educação, Tarso Genro. Para ele, é preciso que a população se interesse pela Economia brasileira e mundial, pois o projeto de universidade do governo Lula, em consonância com o de Fernando Henrique Cardoso, segue os ditames do FMI. Neste caso, o que ocorre é a predominância do capital privado em contraponto ao investimento cada vez menor do Estado em setores públicos, tais como Educação e Saúde. Mesmo assegurados pela Constituição como um direito de todos, os serviços de saúde e educação têm sido, gradativamente, privatizados.

Miraglia leu um documento, produzido por ele e pela Profa. Marilena Chauí, que se chama "Nossa Idéia de Universidade". Por este documento, eles afirmavam quais eram as diretrizes de uma universidade, que deveria ser democrática, crítica e produtora do saber. Este documento, segundo o palestrante, existe há pouco mais de 20 anos, e reforça o papel da universidade como produtora de pesquisa e ensino – indissociáveis – e como espaço de emancipação e esclarecimento.

Para o palestrante, o saber da universidade é libertário, "avesso ao princípio da autoridade instituída (...), interdisciplinar por vocação e não por decreto (...)". Durante a palestra, Prof. Miraglia demonstrou como o saber crítico e a ação política têm que andar juntos, pois são complementares, antes, durante e depois da vivência universitária.

11 ADUR INFORMA - nº70

UFRRJ DEBATE A (CONTRA) REFORMA UNIVERSITÁRIA DO ENSINO SUPERIOR

Em prosseguimento às atividades da Semana de Integração dos Calouros do primeiro semestre de 2005, a administração superior da UFRRJ organizou um debate com o tema "Reforma Universitária: o que é? Para onde vamos?".

Para compor a mesa, foram convidados o Prof. Roberto Leher, ex-diretor do ANDES-SN e docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Profa. Célia Regina Otranto – professora do Instituto de Educação e do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino da UFRRJ, que representou a ADUR – o técnico-administrativo da UERJ, Cláudio Fernandes, e o estudante de História, Walter Luiz de Andrade Neves, representando, respectivamente, o SINTUR e o DCE.

O debate foi coordenado pela Profa. Nidia Majerowicz, Decana de Ensino de Graduação, que informou aos presentes, que a Reitoria da universidade encaminhou, antecipadamente, um convite formal ao Ministério da Educação, para que se fizesse representar no debate.

O MEC respondeu ao convite, no dia anterior ao evento, informando que não poderia comparecer à UFRRJ para participar da discussão. A Decana de Ensino de Graduação lamentou a ausência do MEC, que em muito poderia ter contribuído para o debate, ao apresentar suas posições divergentes.

Inicialmente, Prof. Roberto Leher citou o livro homônimo do historiador Eric Hobsbawm, "Tempos Interessantes", para caracterizar a atual conjuntura política brasileira.

O palestrante enfatizou a ampliação da lógica mercantil - pautada nos ditames do Fundo Monetário Internacional e do capital neoliberal - que tem contribuído para a falência do ensino público brasileiro.

Segundo Leher, a reforma universitária liderada pelo governo Lula está atrelada a essa perspectiva mercantilista, que pretende privatizar o ensino público brasileiro. Para ele, a reforma universitária deve ser denominada *contra reforma universitária*, sobretudo se considerarmos as consequências da Comuna de Paris (1871) e da experiência da Universidade Nacional de Córdoba (Argentina-1918) para a transformação do en-

sino superior.

Leher explicou que a Comuna de Paris foi um episódio marcante para a história da classe trabalhadora mundial e pode ser considerada a primeira experiência moderna de um governo popular, já que as massas assumiram responsabilidades administrativas e institucionais do Estado. A experiência de um governo auto-organizado repercutiu na organização social, sobretudo porque uma das primeiras atitudes dos revolucionários foi abrir a escola para todos, primando por um ensino laico e qualificado.

O segundo momento histórico destacado pelo palestrante, foi a experiência dos estudantes e professores da Universidade de Córdoba, em 1918, que se rebelaram com o sistema de ensino vigente e lutaram pela modernização e autonomia universitária. O movimento dos alunos propiciou a realização de reformas no estatuto da instituição e adquiriu dimensões nacionais ao propagar-se às demais universidades argentinas.

Este movimento, segundo Leher, trouxe o debate sobre a educação superior para a América Latina e em muito contribuiu para se ampliar e questionar o conceito de universidade.

O Prof. Roberto Leher destacou ainda que o projeto do governo Lula, erroneamente denominado de reforma universitária, traz em suas propostas a privatização e o sucateamento do ensino público superior, que atualmente já agoniza.

Para o palestrante, a reforma universitária já começou a ser implementada e de forma antidemocrática. As Medidas Provisórias que instituíram o Programa Universidade para Todos (ProUni), o projeto das Parcerias Público-Privadas (PPP's), a Lei de Inovação Tecnológica e os sistemas de avaliação do ensino superior (SINAES e ENADE), o ensino à distância e a criação de cursos pagos já demonstram a política neoliberal de se atrelar o ensino público ao capital privado.

Assim como Leher, a Profa. Célia Otranto alertou para que a sociedade tenha cuidado com o discurso apresentado pelo governo. Segundo a professora, o Anteprojeto do Ensino Superior e a proposta de democratização do ensino são sedutoras, já que o governo federal cercou-se de profissionais competentes, que enfatizam os conceitos da Programação Neurolinguística (PNL), para formulá-las.

Contudo, estas propostas precisam ser comparadas à Constituição Federal, às diretrizes da Lei de Inovação Tecnológica, do ProUni, do SINAES e das PPP's.

De acordo com a professora, o Anteprojeto não pode ser lido desatentadamente, sem se considerar as prerrogativas dos outros documentos acima citados.

prestar atenção para nas políticas internas das instituições e na "macro" política do governo.

De acordo Cláudio Fernandes, os movimentos sindicais e organizados são minados por dentro, devido à divisão entre as próprias categorias. Para ele, o governo estimula essa divisão e, constantemente, adota estratégias que pretendem minimizar o movimento sindical, estimulando, inclusive, a criação e a manutenção de entidades paralelas.

Posteriormente, Cláudio Fernandes leu uma nota divulgada pelo MEC, pela qual informa a data de lançamento da segunda versão do Anteprojeto da Reforma Universitária. Pela nota, o governo dizia ter discutido exaustivamente e democraticamente, além de ter produzido vários debates sobre o tema da reforma do ensino superior.

Cláudio Fernandes concordou com a exposição da Profa. Célia Otranto no que se refere à lógica do discurso produzido pelo governo. Segundo o técnico-administrativo, há que se tomar cuidado com as nuances das declarações contraditórias do governo.

Fernandes também criticou a "distribuição de forças" dentro dos Conselhos Universitários, cuja relação de poderes, para ele, é desigual, já que estudantes e técnico-administrativos fazem jus a 15%, contra 70% da participação docente em deliberações.

Em consonância com os demais palestrantes, o estudante Walter Neves disse que os alunos devem participar do processo de discussão sobre os rumos da universidade pública, bem como cobrar das autoridades ações concretas para garantir a excelência e gratuidade do ensino.



Para o graduando do curso de História da UFRRJ, a União Nacional dos Estudantes (UNE) não mais representa a categoria, já que sua direção majoritária compactua com as propostas do governo Lula.

Walter Neves afirmou também que a atual gestão do DCE iniciará um debate com os estudantes para saber se eles devem ou não sair da UNE e aderir a uma nova entidade, o CONLUTE (Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes).

Eles defendem, inclusive, o boicote ao CONUNE (Congresso da União Nacional dos Estudantes), a realizar-se em Goiânia, entre os dias 29 de junho e 03 de julho.

O DCE pretende levar adiante, na UFRRJ, as discussões sobre a Reforma Universitária e criar um comitê interno de discussão sobre a reforma do ensino superior. Do mesmo modo, Walter Neves - em nome do DCE da UFRRJ - manifestou repúdio ao envio de tropas brasileiras para a ocupação do Haiti.

Após as explicações iniciais, a platéia pôde fazer perguntas que contemplassem o tema. Os sistemas de avaliação do governo, a relação do movimento estudantil com a UNE, o divisionismo da classe discente e o sentido político-pedagógico da universidade foram abordados. A platéia também pediu mais esclarecimentos sobre as PPP's (Parcerias Público-Privadas).

Todos os palestrantes, em suas considerações finais, enfatizaram a necessidade de mobilização dos três segmentos universitários e da sociedade, em defesa do ensino público, de qualidade, de pesquisa e extensão.



EXPEDIENTE:
ADUR INFORMA - PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRRJ

Endereço:
Rod. BR 465, Km 7 -Campus da UFRRJ - Seropédica Rio de Janeiro
Caixa Postal: 74.537 - CEP: 23.851-970.
Telefax: (21)2682-1379. E-mail: adurj@adur-rj.org.br

Conselho Editorial:
Canrobert Penn Lopes Costa Neto, Célia Regina Otranto, Frederico José Falcão, Irlete Braga da Trindade, Luis Mauro Sampaio Magalhães, Maria Teresa Carneiro da Cunha, Ricardo Barbara e Rosane Ferreira de Oliveira.

Redação e diagramação:
Aline Pereira (Reg. 25163/ MTb)

